

PLANEJAMENTO ANUAL - 2019

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa



Câmara dos Deputados

2
0
1
9



Câmara dos Deputados

PLANEJAMENTO ANUAL

2019

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Brasília – DF



Sumário

Apresentação	4
Presidente	6
Vice-Presidente.....	7
Membros.....	8
Pauta Geral:.....	10
Principais Eixos	13
Estratégias e Ações	14
Reuniões e Audiências Públicas.....	16
Principais Eventos Externos	19
Proposições em tramitação na Cidoso	20
Comunicação	27
Equipe	28



Apresentação

O rápido ritmo de envelhecimento da população brasileira é um dos mais sérios e complexos desafios a serem enfrentados por nós, legisladores. Hoje, o percentual de indivíduos com mais de 60 anos em nosso País é de 12,5%. Em 2050, este percentual mais do que dobrará, alcançando os 30%. O crescimento exponencial do número de pessoas idosas no nosso País terá impacto avassalador na Previdência Social, no Sistema Único de Saúde e no mercado de trabalho. A educação, cultura e mobilidade urbana são outros aspectos associados ao envelhecimento da população que não podem ser negligenciados. Nesse contexto, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Cidoso) da Câmara dos Deputados reconhece sua missão importante e abrangente na proteção dos direitos da pessoa idosa e, também, na sua centralidade no debate, na elaboração de estratégias e na fiscalização de políticas públicas voltadas a essa parcela da população.

Para tanto, durante a legislatura passada foram realizadas reuniões, seminários e missões oficiais para localidades, no Brasil e no exterior, que contam com políticas públicas de excelência na área. A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa também realizou diversas audiências públicas para debater outras questões relevantes: abordou-se a problemática dos planos de saúde; a situação das instituições que abrigam pessoas idosas; a violência e a educação para os maiores de 60 anos. A Cidoso, composta por 22 membros e igual número de suplentes, é uma das 25 Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Atua como órgão técnico da Casa, com apoio de consultores legislativos e servidores administrativos e tem as seguintes atribuições regimentais (art. 32, XXV).



XXV - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:

- a) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou à violação de direitos da pessoa idosa;
- b) fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos da pessoa idosa;
- c) programa de apoio à pessoa idosa em situação de risco social;
- d) monitoramento de políticas públicas relacionadas às pessoas idosas;
- e) acompanhamento da ação dos conselhos de direitos das pessoas idosas, instalados na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios;
- f) pesquisas e estudos relativos à situação das pessoas idosas no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa;
- g) incentivo à conscientização da imagem dos idosos na sociedade;
- h) regime jurídico de proteção à pessoa idosa [\(Inciso acrescido pela Resolução nº 15, de 2016\)](#).

Presidente



Deputada Lídice da Mata

Vice-Presidentes

PSB - CE



1º Vice-Presidente

Deputado Denis Bezerra

PSB - SP



2ª Vice-Presidente

Deputada Rosane Valle

PPS - SC



3º Vice-Presidente

Deputada Carmen Zanotto

Membros

Titulares	Suplentes
Alexandre Padilha PT/SP	Charles Evangelista PSL/MG
Antonio Brito PSD/BA	Dr. Frederico PATRI/MG
Carmen Zanotto PPS/SC	Edna Henrique PSDB/PB
Delegado Antônio Furtado PSL/RJ	Fábio Trad PSD/MS
Denis Bezerra PSB/CE	Fernando Rodolfo PR/PE
Dulce Miranda MDB/TO	Flávia Morais PDT/GO
Eduardo Barbosa PSDB/MG	Helio Costa PRB/SC
Eros Biondini PROS/MG	Lourival Gomes PSL/RJ
Felício Laterça PSL/RJ	Marcelo Freixo Psol/RJ
Fred Costa Patri/MG	Miguel Lombardi PR/SP
Geovania de Sá PSDB/SC	Paulo Azi DEM/BA
Gilberto Nascimento PSC/SP	Rejane Dias PT/PI
Guiga Peixoto PSL/SP	Rubens Ottoni PT/GO
Leandre PV/PR	Tereza Nelma PSDB/AL
Lídice da Mata PSB/BA	
Maurício Dziedricki PTB/RS	



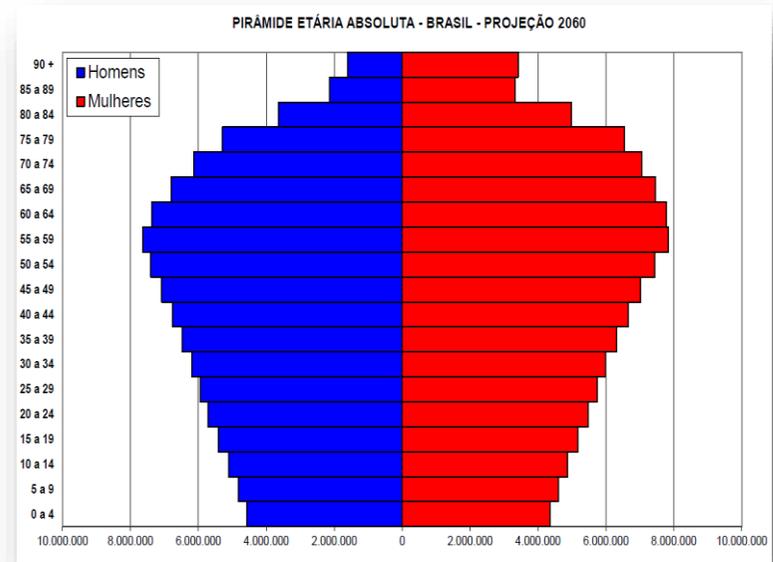
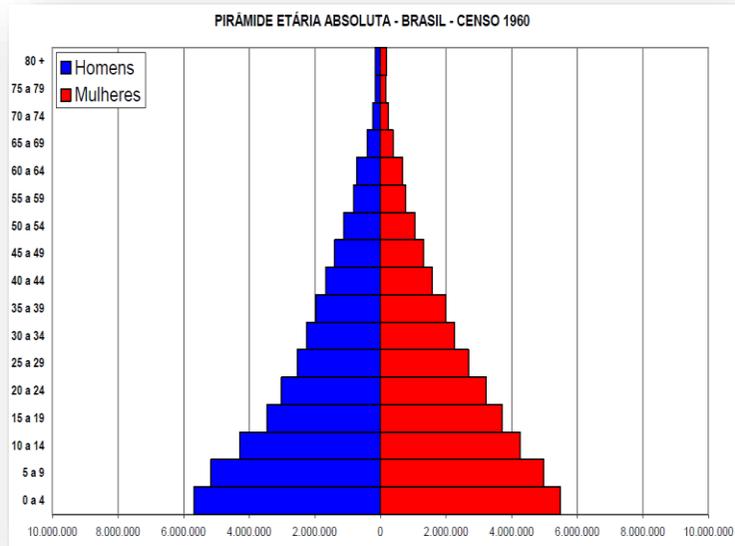
Membros

Norma Ayub DEM/ES	
Ossesio Silva PRB/PE	
Reginaldo Lopes PT/MG	
Rosana Valle PSB/SP	
Vinicius Farah MDB/RJ	

Um olhar futuro a uma nação que envelhece e seu desafio demográfico

Ano	Expectativa de vida ao nascer			Diferencial entre os sexos (anos)
	Total	Homem	Mulher	
1940	45,5	42,9	48,3	5,4
1950	48,0	45,3	50,8	5,6
1960	52,5	49,7	55,5	5,9
1970	57,6	54,6	60,8	6,2
1980	62,5	59,6	65,7	6,1
1991	66,9	63,2	70,9	7,8
2000	69,8	66,0	73,9	7,9
2010	73,9	70,2	77,6	7,4
2015	75,5	71,9	79,1	7,2
1940-2015	30,0	29,0	30,8	

Expectativa de vida ao nascer – Brasil 1940/2015





Pauta Geral:

1. Envelhecimento: Saúde, Qualidade de Vida dos Idosos e Política de Cuidados;
2. Proteção Social da População Idosa: Direitos e Garantias;
3. Sistema Previdenciário: Reforma da Previdência, BPC;
4. Mecanismos de Combate à Violência contra idosos;
5. Programas governamentais relativos à proteção dos direitos da pessoa idosa;
6. Acessibilidade e Transporte;
7. Oportunidades na área do Trabalho e Turismo;
7. Outras Manifestações (estudos, pesquisas e boas práticas).



Principais Eixos

Reforma da
Previdência e
BPC

Planos de
Saúde

ILPIs e Política
de Cuidado

Violência (Física,
Psicológica e
Financeira)

Conferências
Estaduais e
Nacional - CNDI

Novas
Tecnologias e
Inserção
Econômica



Estratégias e Ações:

1. Mapear os projetos de maior relevância para a temática da pessoa idosa em tramitação na Câmara a fim de trabalhar para a célere tramitação e aprovação (exemplos: PLs nºs 2.834/2015, 6350/2013, 5.678/2016, 1.445/2011, 1313/2011, 11.189/2018; PEC nº 348/2017 e 6/2019; PDC 863/2017).
2. Propor novos projetos de lei com relevância para a temática da pessoa idosa;
3. Utilizar o conhecimento técnico da Consultoria Legislativa para elaboração de estudos, pareceres e notas técnicas;
4. Dar efetividade aos encaminhamentos do Relatório da Subcomissão Especial acerca dos projetos de lei em tramitação nesta Casa que alteram o Estatuto do Idoso;
5. Promover e trabalhar na articulação com os órgãos do Governo para a construção de uma agenda positiva nacional sobre a questão do envelhecimento;
6. Fortalecer o tratamento legislativo dado pelas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais do País em relação à temática da pessoa idosa, por meio de acordos de cooperação técnica;



7. Trabalhar pela ratificação da Convenção Interamericana sobre os Direitos da Pessoa Idosa pelo Brasil e pela implementação das suas diretrizes;
8. Acompanhar as Conferências Municipais e Estaduais dos Direitos das Pessoas Idosas e participar da 5ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Idosas (Tema: O Desafio de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas) promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa com o apoio da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos;
9. Fomentar a criação e o fortalecimento dos Fundos Estaduais da Pessoa Idosa em parceria com os Conselhos Estaduais e com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
10. Trabalhar em conjunto com a Comissão Especial que tratará do Projeto de Emenda Constitucional nº 6/2019 da Reforma da Previdência, no que for pertinente;
11. Trabalhar em conjunto com a Comissão Especial que tratará do Projeto de Emenda Constitucional nº 348/2017, que “inclui os cuidados de longa duração entre os direitos que compõem a Seguridade Social”.



Reuniões e Audiências Públicas

Funcionamento:

- Reuniões Ordinárias (**RO**): quartas-feiras, às 11h30;
- Audiências Públicas (**AP**): quartas-feiras, à tarde, e/ou quintas-feiras, pela manhã;
- Eventos Externos (**Externo**): segundas ou sextas.

Datas Possíveis, em 2019:

- Reuniões Ordinárias: 36 (a partir da data de instalação – 14 no 1º Semestre e 19 no 2º semestre)
- Audiências Públicas: 36 às quartas-feiras e 35 às quintas
- Externos/Missão Oficial: 37 às segundas-feiras e 33 às sextas-feiras

Eventos Programados:

- Lançamento da Publicação “Conheça seus direitos”;
- Entrega do Prêmio Zilda Arns;
- Conferências dos Conselhos Estaduais e Nacional da Pessoa Idosa;
- Seminário sobre Violência Financeira (lançamento da CPI sobre Violência Financeira);
- Semana Comemorativa da Pessoa Idosa;
 - Seminário Internacional - articulação com a Cepal;
 - Sessão Solene em Homenagem ao Dia Internacional da Pessoa Idosa;
- Subcomissão para atualização do Estatuto do Idoso (retomar);
- Missões Oficiais – visita a todas as regiões do País.

Datas Sugeridas:

Março a Dezembro

Missões Oficiais

Audiências Públicas

Reuniões Técnicas

Abril

Lançamento da Publicação “Conheça seus direitos”

Espaço: Editora Câmara



11 de Junho

Seminário sobre Violência Financeira
Espaço: a definir

13 de Junho

Prêmio Zilda Arns
Espaço: Plenário Ulysses Guimarães

1º de Outubro

Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional do Idoso
Espaço: Plenário da Câmara dos Deputados

Outubro

Semana Comemorativa da Pessoa Idosa
Seminário em Comemoração ao Dia Internacional do Idoso
Espaço: (a definir)

Proposições em tramitação na Cidoso

Projetos principais: 17
Projetos apensados: 108
Total: 125

Proposição	Autor	Ementa	Relator (a)	Apensados
PL 10.284/2018	Senado Federal - Álvaro Dias	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização-dia para pessoas idosas.	Dulce Miranda	PL 10523/2018 PL 10802/2018 PL 10233/2018 PL 10958/2018 PL 10003/2018
PL 6.892/2010	Roberto Santiago	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Carmen Zanotto	PL7774/2010 PL 9684/2018 PL723/2011 PL5882/2013 PL 299/2015 PL777/2011 PL 5724/2013

				PL 890/2011 PL 6188/2013 PL 1402/2015 PL 1764/2015 PL 2153/2015 PL 4117/2015 PL 7348/2017 PL 174/2019 PL 5933/2013 PL 3754/2015 PL 9246/2017 PL 7015/2013 PL 270/2015 PL 9336/2017 PL 298/2019
PL 751/2011	Flávia Morais	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para permitir a elevação do valor do benefício previdenciário do idoso que necessite da ajuda de terceiros.	Antonio Brito	
PL 1616/2011	Sueli Vidigal	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um profissional da área de enfermagem, enfermeiro ou técnico de enfermagem, nas unidades da rede pública de creches e escolas de educação infantil, e dá outras providências.		PL 5780/2013 PL 7077/2014 PL 7434/2014 PL 277/2019 PL 8641/2017 PL 7315/2014 PL 152/2015 PL 1643/2015 PL 2709/2015 PL 7986/2014



				PL 8013/2014 PL 1543/2015 PL 2527/2015 PL 4401/2016 PL 6698/2016 PL 7834/2017
PL 9941/2018	Senado Federal – Eduardo Amorim	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar que vagas ociosas em instituições de ensino superior sejam preenchidas preferencialmente por pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.	Tereza Nelma	PL 7642/2017 PL 7822/2017 PL 8620/2017 PL 8673/2017 PL10317/208 PL10466/208

<p>PL 1418/2007</p>	<p>Antonio Carlos Mendes Thame</p>	<p>Altera a tributação dos rendimentos financeiros Percebidos por beneficiário residente ou domiciliado no exterior, revoga os arts. 1º e 3º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dá outras providências.</p>		<p>PL 2503/2007 PL 2791/2008 PL 2967/2008 PL 3107/2008 PL 3315/2008 PL 1619/2011 PL 7243/2014 PL 7258/2014 PL 7580/2014 PL 6198/2016 PL 7408/2017 PL 1485/2015 PL 1893/2015 PL 3241/2015 PL 7409/2017 PL 9636/2018 PL 3798/2015 PL 9637/2018 PL 3799/2015 PL 9256/2017</p>
----------------------------	--	--	--	--

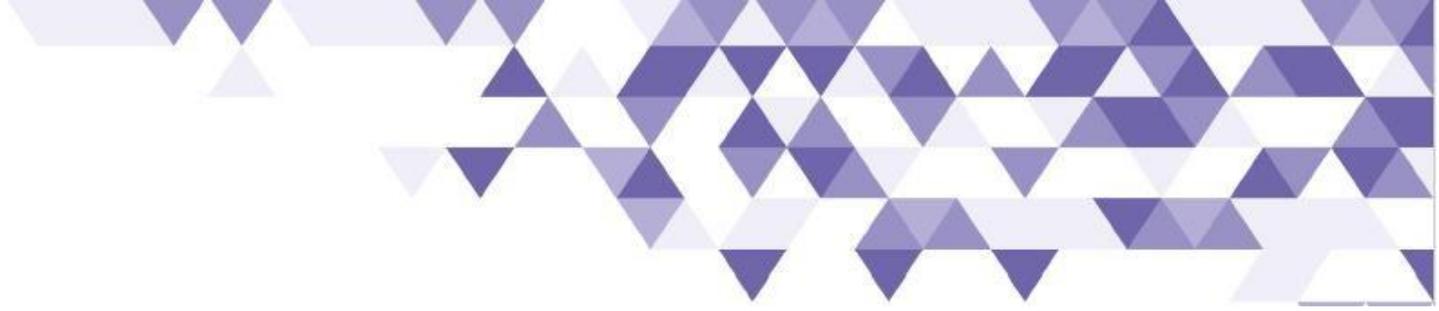
<p>PL 1836/2007</p>	<p>Senado Federal - Cícero Lucena</p>	<p>Altera o § 1º do art. 19-I da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluído pela Lei nº 10.424, de 15 de abril de 2002, para acrescentar ao Sistema Único de Saúde - SUS o fornecimento de medicamentos de uso continuado não sujeitos a controle especial, entres outros, necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio.</p>	<p>Alexandre Padilha</p>	<p>PL 3054/2008 PL 960/2011 PL 3383/2012 PL 691/2015 PL 4746/2012 PL 2578/2015 PL 6959/2017 PL 7932/2017</p>
----------------------------	---	---	--------------------------	--



PL 2567/2011	Senado Federal - Rodrigo Rollemberg	Altera o § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retomar ao trabalho.	Denis Bezerra	PL 5668/2009 PL 5693/2009 PL 6552/2009 PL 6951/2010 PL 7369/2010 PL 1168/2011 PL 2920/2015 PL 5396/2013 PL 7842/2014 PL 8007/2014 PL 1990/2015 PL 7098/2017 PL 2675/2011 PL 2687/2011 PL 3541/2015 PL 4862/2016 PL 6576/2016 PL 3884/2015 PL 8844/2017 PL 5080/2016 PL 7761/2017
---------------------	--	---	---------------	--

PL 6620/2013	Edmar Arruda	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências"; para permitir a realização de doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente - nacional, estadual ou municipal -, referentes ao ano-calendário anterior, até o limite de 6% na data da entrega da declaração do Imposto sobre a Renda no ano-exercício subsequente	Flávia Moraes	PL 7240/2014 PL 596/2019 PL 869/2015 PL 3371/2015 PL 7620/2017 PL 7778/2017 PL 9812/2018 PL 9752/2018 PL 534/2019
PL 103/2015	Alceu Moreira	Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.	Leandre	
PL 326/2015	Valmir Assunção	Dispõe sobre o sistema especial de inclusão previdenciária de trabalhadores e trabalhadoras sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico de sua residência e dá outras providências.	Lídice da Mata	
PL 3866/2015	Julio Lopes	Dispõe sobre o financiamento pela União do transporte público coletivo gratuito ao idoso	Fernando Rodolfo	
PL 9003/2017	Senado Federal - Paulo Paim	Dispõe sobre o exercício da profissão de gerontólogo, institui o Dia Nacional do Gerontólogo e dá outras providências.	Rosane Valle	P L 6764/2016
PL 9981/2018	Norma Ayub	Altera a alínea "a" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir os pagamentos efetuados a cuidadores de idosos e as despesas com atividades de assistência a idosos prestadas em residências coletivas e particulares	Marcelo Freixo	

		nas deduções permitidas para efeito de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.		
PL 196/2019	Roberto de Lucena	Acresce dispositivo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências".	Ossessio Silva	
PL 202/2019	Roberto de Lucena	Revoga o Parágrafo único do art. 40 da Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.	Lourival Gomes	



PL 498/2019	Fernando Rodolfo	Altera a Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que trata da Legislação do Imposto de Renda e da outras providências.		
--------------------	------------------	--	--	--



Comunicação

- Informativo
- Página da Comissão
- Facebook
- Instagram
- Twitter
- Interatividade (audiências interativas via Portal E-Democracia e fóruns virtuais)
- Público nos eventos
- Publicações impressas e virtuais



Equipe

Secretária Executiva

Rafaela Sousa Feitoza

1ª substituta:

Ivana Antonete Mazurek

Equipe

Fernanda Rocha Zanette

Stella Ribeiro de Castro

Andrea Almeida Motta

Arley Cruz Soares

Pró – Adolescentes

Michael Lucas Moraes de Sousa

Mônica Helen Torres da Silva